



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NATÁLIA NASCIMENTO SOBRAL

**ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO MICROCRÉDITO DO BANCO
DO POVO NO MUNICÍPIO DE PALMAS**

PALMAS – TO

2019

NATÁLIA NASCIMENTO SOBRAL

**ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO MICROCRÉDITO DO BANCO
DO POVO NO MUNICÍPIO DE PALMAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Profº. Drº. Waldecy Rodrigues.

Orientador: Profº Drº Waldecy Rodrigues.

PALMAS – TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S677a Sobral, Natália Nascimento.

Análise do impacto socioeconômico do microcrédito do Banco do Povo no município de Palmas. / Natália Nascimento Sobral. – Palmas, TO, 2019.

48 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Ciências Econômicas, 2019.

Orientador: Waldecy Rodrigues

1. Banco popular. 2. Microcrédito. 3. Desenvolvimento local. 4. Economia solidária. I. Título

CDD 330

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NATÁLIA NASCIMENTO SOBRAL

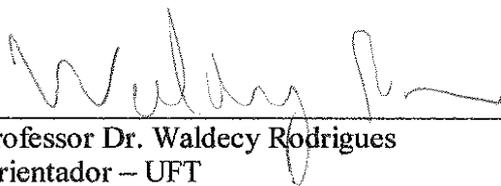
**ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO MICROCRÉDITO DO BANCO
DO POVO NO MUNICÍPIO DE PALMAS**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT -
Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas para obtenção de título de
bacharel em Ciências Econômicas e aprovada pelo
Orientador e pela Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Waldecy Rodrigues.

Data de aprovação 11 / 12 / 2019

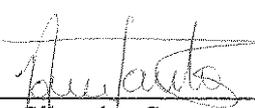
Banca Examinadora:



Professor Dr. Waldecy Rodrigues
Orientador – UFT



Professora Dr. Keile Aparecida Beraldo
Membro – UFT



Msc. Nayara Silva dos Santos
Membro Convidado – Mestre em Desenvolvimento Regional

Dedico este trabalho a minha família, em principal aos meus pais que me apoiaram nessa jornada, deixando-me voar do ninho em busca de crescimento e conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, que nunca me desamparou e sempre foi o meu conforto nos momentos mais difíceis da minha jornada até aqui.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Waldecy Rodrigues, que me ajudou com todo o seu conhecimento, me transparecendo segurança para realizar este trabalho de forma exitosa.

À banca examinadora, composta pela Prof^a Dr^a Keile Aparecida Beraldo e Msc. Nayara Silva dos Santos, por aceitarem na colaboração para melhorias deste trabalho.

Agradeço também ao senhor Josimar Sanches da Silva, gerente de Economia Solidária do Banco do Povo de Palmas, pela atenção e pelas as informações concedidas, que foram primordiais para realização desse estudo.

Aos meus pais, Hugo Alécio e Edvania, que me apoiaram em todas as minhas decisões e me deram forças para alcançar meus objetivos. Agradeço também ao meu namorado que esteve ao meu lado nessa etapa final que é a monografia, sendo paciente e compreensivo nos momentos em que eu estava ansiosa ou preocupada. Meu agradecimento a todos.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar a análise do impacto socioeconômico provocado pelo microcrédito do Banco do Povo no município de Palmas, Tocantins. A microfinança é como um suporte ao sistema tradicional financeiro e abarca o microcrédito como um dos serviços disponibilizados a pessoas de baixa renda. A metodologia utilizada é a qualitativa com revisão de literatura baseada em trabalhos acadêmicos, livros, sites institucionais e dispositivos normativos e legais. Para alcançar o objetivo proposto, foram aplicados questionários à 15 beneficiários do microcrédito do Banco do Povo de Palmas, Tocantins, que foram clientes do banco entre 2011 e 2019. Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente do banco de dados para realização do estudo. Nos resultados obtidos, observou-se alta frequência de utilização dos serviços do banco e o alto nível de satisfação entre os clientes em relação ao atendimento das expectativas financeiras com o beneficiamento do microcrédito em suas empresas. Por fim, conclui-se que para abranger o público alvo atingido com os serviços de microcrédito o Banco do Povo de Palmas - TO necessita de maior orçamento para pessoal/servidor público e ampla divulgação dos benefícios do microcrédito ofertado.

Palavras-chave: banco popular, microcrédito, desenvolvimento local, economia solidária.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the socioeconomic impact caused by Banco do Povo microcredit in the city of Palmas, Tocantins. Microfinance is in support of the traditional financial system and embraces microcredit as one of the services available to low-income people. The methodology used is the qualitative and quantitative literature review based on academic works, books, institutional websites and legal and regulatory provisions. To achieve the proposed objective, questionnaires were applied to 15 microcredit beneficiaries of Banco do Povo de Palmas, Tocantins, who were clients of the bank between 2011 and 2019. Respondents were randomly selected from the database for the study. In the results obtained, it was observed a high frequency of use of bank services and a high level of satisfaction among customers regarding meeting financial expectations with the benefit of microcredit in their companies. Finally, it can be concluded that in order to reach the target audience with microcredit services, Banco do Povo de Palmas-TO needs a larger budget for staff / public servants and wide dissemination of the benefits of microcredit offered.

Key-words: popular bank, microcredit, local development, solidarity economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Híbridação de Princípios Econômicos nos Bancos Comunitários.....	26
Quadro 2 – Principais conquistas após elevação da renda média mensal.....	40
Quadro 3 – Informações relacionadas a eficácia dos serviços do BPP.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Gini no Brasil.....	19
Tabela 2 – Taxa de juros do MEI pessoa física – Microcrédito.....	23
Tabela 3 – Setor de atividade dos MEI entrevistados.....	37
Tabela 4 – Dados socioeconômicos dos entrevistados.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Saldo do crédito do MEI pessoa física – Microcrédito –R\$ (milhões).....	22
Gráfico 2 – Saldo de crédito do MEI pessoa jurídica – Microcrédito – Aquisição de Bens – R\$ (milhões).....	23
Gráfico 3 – Saldo de crédito do MEI pessoa jurídica – Microcrédito – Capital de Giro com prazo de vencimento de até 365 dias – R\$ (milhões).....	24
Gráfico 4 – Taxa de desocupação, por idade (1º trimestre/2012 - 3º trimestre/2019).....	33
Gráfico 5 – Taxa de desocupação, por sexo (1º trimestre/2012 - 3º trimestre/2019).....	33
Gráfico 6 – Orçamento fixado na LOA para microcrédito no município de Palmas-TO.....	34
Gráfico 7 – Principais setores do CNAE em Palmas -TO.....	36
Gráfico 8 – Faixa etária de MEI’s cadastrados no Portal do Empreendedor.....	36
Gráfico 9 – Faixa etária dos entrevistados à época do empréstimo no BPP.....	38
Gráfico 10 – Renda média mensal antes e depois do microcrédito do BPP.....	39

LISTA DE SIGLAS

BCB OU BACEN	Banco Central do Brasil
BPP	Banco do Povo de Palmas
CF	Constituição Federal
CNAE	Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CMN	Conselho Monetário Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEI	Microempreendedor Individual
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMPO	Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIMEI	Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais do Tributo do Simples Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	OBJETIVOS.....	15
2.1	Objetivo geral.....	15
2.2	Objetivos específicos.....	15
3	METODOLOGIA.....	16
3.1	Caracterização da área de estudo.....	17
4	REVISÃO DE LITERATURA.....	18
4.1	Política de Economia Solidária.....	18
4.1.1	Economia Solidária no âmbito das microfinanças.....	19
4.2	Microfinança e Microcrédito.....	21
4.2.1	Microcrédito no Brasil.....	21
4.2.2	Bancos Populares ou Comunitários.....	24
4.2.3	Análise de impacto do microcrédito.....	26
4.3	Desenvolvimento socioeconômico impulsionado pela microfinança.....	27
4.3.1	Contextualização Histórica.....	27
4.3.2	Papel do Estado, Crescimento e Desenvolvimento.....	29
4.3.3	Grameen Bank e o microcrédito.....	31
4.4	Microcrédito no município de Palmas-TO.....	32
4.4.1	Banco do Povo de Palmas – TO.....	34
4.4.2	Perfil do Microempreendedor Individual em Palmas -TO.....	35
4.4.3	Impacto socioeconômico do microcrédito do Banco do Povo de Palmas -TO....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	44
	APÊNDICE A	47

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados relacionados ao mercado de trabalho, do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), o município de Palmas, no estado do Tocantins possuía 136.013 pessoas ocupadas, isso representava 48,6% da população ativa. Ou seja, mais da metade da população não possuíam emprego formal. De acordo com dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), no segundo trimestre de 2019, no município, 35,7% dos desocupados estão na faixa etária de 25 a 39 anos e 54,4% do total de desocupados são do sexo feminino.

A parcela da população desempregada e que não possuem renda fixa, muitas vezes acaba optando pelo trabalho informal ou autônomo. Com isso, vêm crescendo o número de microempreendedores no mercado, juntamente com a procura de financiamento e captação de recursos do sistema financeiro para manutenção do empreendimento.

Em seu livro *O Banqueiro dos Pobres* (1997), Muhammad Yunus fala da burocracia em que os bancos comerciais impõem a seus possíveis clientes. Em um trecho ele cita uma conversa com o diretor regional do Banco Janata em Chittagong, ao qual ele impõe diversas barreiras para a concessão de crédito aos pobres, como impossibilidade de preencher os formulários de solicitação devido ao analfabetismo, ausência de garantias de pagamento, além do baixo custo *versus* benefício por se tratar de empréstimos de valor muito irrelevantes.

Segundo Soares e Sobrinho (2008, p.18), diante dessas dificuldades dos mais necessitados em conseguir microcrédito em bancos comerciais, o economista Yunus cria a instituição financeira *Grameen Bank*¹, banco de microcrédito voltado para pessoas de baixa renda e em principal, mulheres chefes de família, que traz à tona a luta social da liberdade financeira feminina.

Nos últimos anos houve um aumento considerável do número de bancos de desenvolvimento ou os chamados bancos do povo, que trariam um maior desenvolvimento regional, fortalecendo o sistema financeiro e a competitividade produtiva, fornecendo linhas de microcréditos para entidades jurídicas marginalizadas pelo sistema financeiro.

Os bancos de desenvolvimento e os novos modelos de organização de trabalho que buscam anemizar impactos socioeconômicos, além de compartilhar de forma solidária o modelo creditício vêm aumentando no decorrer do século XXI. Segundo o Banco Central do Brasil (BCB, 2016), a distribuição da oferta de crédito por região no Brasil, em dezembro de

¹ Na língua local significa “banco de aldeia”. (SOARES, SOBRINHO, 2008, p.18)

2015, alcançou o patamar de 3% e 4% nas regiões Norte e Nordeste respectivamente, ou seja, as regiões menos desenvolvidas do país, a oferta de crédito foi menos do que nas regiões mais desenvolvidas.

O microcrédito como ferramenta de impulsão para o desenvolvimento local pode ser denominado, segundo Buarque (2008, p.25) como sendo “um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”.

Neste trabalho, será explanado e analisado como o Banco do Povo da Prefeitura de Palmas-TO, com ênfase em microcréditos, impacta socioeconomicamente na vida dos “beneficiários”² deste sistema. Para isto, será necessário definir o perfil do microempreendedor que é beneficiado, além da aplicabilidade do recurso captado.

E é nessa vertente que será desenvolvido este trabalho buscando responder a seguinte questão: como a otimização da disponibilidade de microcrédito pelo Banco do Povo da Prefeitura de Palmas pode ser eficaz para a melhoria social e econômica?

Considerando o crescente número de microempreendimentos no Estado do Tocantins, e em principal, no município de Palmas, este trabalho busca apresentar a microfinança como mecanismo de bem-estar social através de microcrédito subsidiados por terceiros. Assim esta pesquisa busca mensurar a eficácia da oferta de microcrédito disponibilizado pelo Banco do Povo do Município de Palmas como mecanismo de desenvolvimento local.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro representado por esta introdução sobre o assunto a ser abordado, e o segundo capítulo composto pelos objetivos, sendo eles objetivos gerais e específicos.

No terceiro capítulo está disposto a metodologia utilizada no processo de desenvolvimento deste estudo e como foram realizadas as entrevistas para análise.

O quarto capítulo será desenvolvido a revisão bibliográfica sobre o microcrédito e os bancos populares de crédito, além das caracterizações do Banco do Povo do município de Palmas -TO, objeto deste estudo. Além disso, o capítulo contém as disposições e debates dos resultados dos questionários aplicados à uma amostragem de clientes “beneficiários” do crédito do Banco do Povo de Palmas, retirado aleatoriamente do banco de dados, bem como a análise do impacto socioeconômico gerado à essas pessoas.

O quinto e último capítulo será as considerações finais e sugestões de melhorias do sistema financeiro de microcrédito do Banco do Povo de Palmas-TO.

² Por tratar-se de um (micro)crédito, cujo principal deve ser pago acrescentado de juros, não pode ser caracterizado como um benefício. (SANTOS, 2007, p.156)

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Analisar o impacto socioeconômico do sistema de microcrédito do Banco do Povo do município de Palmas, Tocantins, e apontar estratégias para possíveis melhorias desse sistema de financiamento.

2.2 Objetivo Específico

- Analisar o perfil do microempreendedor individual no município de Palmas – TO.
- Explorar os dados relacionados ao microcrédito, listando os investimentos realizados com recursos disponibilizados pelo Banco do Povo na região de Palmas, Tocantins;
- Traçar dados referentes ao perfil do microempreendedor demandante de crédito do Banco do Povo da Prefeitura de Palmas-TO e como se dá a oferta da linha de crédito nesse órgão municipal;

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa tem caráter quali-quantitativo, com métodos descritivo-exploratório, análise do documental e levantamento bibliográfico relacionado à temática microcrédito e desenvolvimento em livros, artigos, teses e dissertações em sites institucionais. Os dados sobre o montante dos recursos, perfil do empreendedor e tipos de empreendimentos, serão mapeados através do *site* oficial da Prefeitura de Palmas, BCB, banco leis e por meio de visitas in loco ao Banco do Povo, além de aplicação de questionário aos “beneficiários” do sistema de microcrédito.

Segundo Gamboa (1995) existe uma dicotomia entre abordagens qualitativas e quantitativas que ainda preocupa muitos pesquisadores. A abordagem quantitativa se pauta em pressupostos positivistas, na objetivação e generalização dos resultados; no distanciamento entre sujeito e objeto; e da neutralidade do pesquisador como elementos que asseguram e legitimam a cientificidade de uma pesquisa. Já na abordagem qualitativa, em oposição ao positivismo, os cientistas sociais críticos a essa vertente, defendem a compreensão qualitativa da vida social humana. A ciência, pois, deve interpretar a especificidades de cada contexto, das interações do homem consigo e com o mundo (SOUZA et.al., 2017).

No que concerne à pesquisa bibliográfica e documental será analisado um conjunto de textos, avaliações e relatórios de pesquisa sobre o contexto do microcrédito brasileiro, elaborado pelo governo e estudiosos da temática, buscando identificar as alterações existentes entre um espaço de tempo. Segundo Gil (2008, p.50) a “pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

Quanto ao questionário aplicado, o mesmo foi elaborado pelo autor do estudo e aplicado entre os dias 25 de outubro e 13 de novembro de 2019, via telefonema, tendo em vista que muitos dos empreendedores a serem entrevistados possuíam agenda fora do seu estabelecimento comercial, o que dificultava a ida até o mesmo.

Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente a partir do banco de dados que contém todos os beneficiários do Banco do Povo de Palmas desde a sua criação em 2005. Inicialmente foram selecionados 20 clientes, microempreendedores individuais pessoa jurídica, porém o questionário foi aplicado à 15 deles, principalmente pela desatualização cadastral e a impossibilidade de atendimento para realização da entrevista. As entrevistas tinham duração máxima de 8 minutos por entrevistado e nenhuma pergunta deixou de ser respondida, o que poderia alterar os resultados finais.

O questionário consistia num total de 24 perguntas, com questões abertas e fechadas, de

caráter qualitativo e quantitativo, dividido em três blocos, conforme apresentado no Apêndice A. No primeiro ciclo de perguntas (1 a 9), buscou-se definir o perfil do cliente/ beneficiário do microcrédito, bem como dados socioeconômicos dos mesmos. No segundo ciclo (10 a 18), objetivou-se mensurar a finalidade do capital financiado, média de renda mensal antes e após do empréstimo e o impacto gerado nessa renda (qualitativamente). No terceiro e último ciclo (19 a 24), buscou-se analisar a eficácia dos serviços ofertados pelo Banco do Povo de Palmas.

3.1 Caracterização da área de estudo

O principal foco do estudo está no Banco do Povo de Palmas-TO, amparado pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Município de Palmas, gerido, por sua vez, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego. Será realizado um estudo do impacto do sistema de microcrédito deste Banco em relação ao desenvolvimento socioeconômico local.

A análise de impacto a ser desenvolvida neste estudo, tem por objetivo mensurar, em média, qual o impacto na renda mensal e nas características do empreendimento do entrevistado/ beneficiário do microcrédito. Além disso, será observado quão eficaz é a persona do Banco do Povo de Palmas-TO em se tratando do microcrédito e atendimento dessas pessoas de baixa renda.

4 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo será realizada a revisão sobre a Política Pública de Economia Solidária com foco nas microfinanças, precisamente no microcrédito. Política Pública possui inúmeros conceitos e definições, tendo em vista que os termos, em separado já possuem características próprias de significação. Política, que segundo Dias e Matos (2012, p.2) distingue-se em dois termos no idioma inglês, na língua portuguesa, concerne no que diz respeito a um conjunto de atividades de ação do governo. Termo precisamente de origem grega, política engloba significados múltiplos, mas sempre direcionados a condições de poder de ação.

Juridicamente, o termo ‘Público’ evidencia aquilo que não é atribuído a um único particular. Trazendo ao conceito de política pública anteriormente apresentado, entende-se como ação ou intervenção governamental para atendimento do público em geral.

No Brasil, as políticas públicas estão abarcadas pela Constituição Federal de 1988, no qual, em seu Art. 3º, a República Federativa do Brasil aparece com os seguintes objetivos fundamentais perante sociedade:

- “I – construir uma sociedade livre, justa e **solidária**;
- II – garantir o **desenvolvimento nacional**;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e **reduzir as desigualdades sociais e regionais**;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988) (grifo próprio)

E é embasado nestes objetivos fundamentais da CF/88 em destaque que será discutido, a seguir, o microcrédito como ferramenta da política pública de Economia Solidária para alcançar o desenvolvimento local.

4.1 Política de Economia Solidária

A partir dos anos 90, a construção da ideia de Economia Solidária ganha força no Brasil considerando o número crescente de associações e cooperativas que mediante ao cenário político econômico foram organizadas por trabalhadores tanto do meio rural, quanto urbano. O receituário das políticas econômicas implantadas no governo Collor, seguindo as recomendações do Consenso de Washington, que prezava o formato liberalista acompanhado de privatizações, acarretou a desestruturação do mercado de trabalho nacional, levando à novas articulações de formas produtivas.

Esse novo contexto econômico, produz novas alternativas de organização pautada em

agrupamento de pessoas com semelhantes experiências de vida e posições socioeconômicas, somando um novo contingente de mão de obra que também compartilha de um modelo financeiro de forma solidária.

Somente no governo Lula, a partir de 2003, o modelo social de Economia Solidária passa a vigorar e ser foco nas políticas econômicas de distribuição de renda e redução das desigualdades sociais e regionais, um exemplo é o Programa Bolsa Família para elevação de nível de renda. Ao analisar os dados a seguir, observa-se que de 1992 a 2011 houve uma melhora significativa nos indicadores de concentração e desigualdades de renda, conforme ilustra a Tabela 1.

Tabela 1 – Índice de Gini no Brasil

Anos³	Índice de Gini
1992	0,575
2001	0,572
2008	0,531
2009	0,524
2011	0,508

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

Segundo Motta (2010, p.4), a expressão Economia Solidária foi usada de modo pioneiro no Brasil em 1996 por Paul Singer em um artigo publicado no jornal da Folha de São Paulo, onde define-se a Economia Solidária como uma forma concreta de prática econômica e também um projeto de transformação social.

Em 2003, foi publicada a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, instituindo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que tem como público-alvo das políticas públicas de Economia Solidária os cidadãos que estejam organizados ou queiram se organizar nas formas da Economia Popular Solidária.

4.1.1 Economia Solidária no âmbito das microfinanças

O foco no mercado interno é a chave para o crescimento econômico auto sustentado e políticas de transferências de renda e expansão ao crédito são instrumentos viáveis para a

³ Excluída população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Amapá, entre os anos de 1992 e 2003; Não houve pesquisas em 1994, 2000 e 2010.

manutenção desse crescimento, além contribuir para uma maior difusão da renda, podendo alcançar patamares de desenvolvimentos regionais.

Para Keynes (1936) a concessão de crédito bancário produz três tendências na economia:

“A ideia de que a criação de crédito pelo sistema bancário permite realizar investimentos, aos quais “nenhuma poupança genuína” corresponde, resulta, unicamente, de se isolar uma das consequências do aumento do crédito bancário, com a exclusão das demais.

[...] Também é verdade que a concessão do crédito bancário faz surgir três tendências: (1) aumento da produção; (2) alta no valor da produção marginal expressa em unidades de salário (o que em condições de rendimentos decrescentes deve necessariamente acompanhar um aumento da produção); e (3) alta da unidade de salários em termos de moeda (efeito que em geral acompanha a melhoria do emprego); e estas tendências podem afetar a distribuição da renda real entre os diferentes grupos.” (KEYNES, 1936, p.107)

O poder público, como mediador do crescimento interno, nos últimos anos, vem atuando com programas voltados aos tomadores de microcrédito a baixas taxas de juros, como os chamados Bancos do Povo, que fomentam o mercado microempreendedor e empresas de pequeno porte a nível estadual e municipal.

Economias mais maduras já utilizavam o microcrédito como instrumento impulsionador do desenvolvimento social há muito tempo. Essa experiência de bancos sociais foi bem sucedida em vários países como Indonésia, Bolívia e Chile. A proposta é gerar desenvolvimento aos setores produtivos e fomentar o consumo interno a baixos custos.

Segundo o Relatório de Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para os próximos anos no Brasil, a proposta para o desenvolvimento econômico e sustentado será realizado da seguinte forma:

“[...] Para tanto, são preponderantes a realização das reformas estruturais, a sustentabilidade da trajetória da dívida pública e o aprimoramento e ampliação dos mecanismos de financiamento, o que impactará de forma direta o investimento. Além disso, o crescimento sustentado e inclusivo só será possível com o aumento da produtividade do país. [...]” (BRASIL, 2018).

Analisando essas informações, o microcrédito seria um instrumento de grande relevância tratando-se da expansão de crédito subsidiado pelo governo. Esse crédito seria promovido às pequenas empresas e microempreendedores individuais a fim de aumentar a produtividade do país, tendo em vista o elevado índice de desemprego e o aumento no número de autônomos no mercado de trabalho. Além disso, a expansão dessa linha de crédito aqueceria o mercado e, quando bem alocados, promoveria o desenvolvimento de regiões onde mais se concentram pessoas com baixa renda.

4.2 Microfinança e Microcrédito

Para compreender o conceito do microcrédito, é necessário explanar em primeiro plano as microfinanças, que vêm como suporte ao sistema financeiro tradicional, que por vezes, não abrange todas as classes sociais e econômicas em suas demandas. Segundo Soares e Sobrinho (2008, p.15), nos últimos anos, as microfinanças têm se estruturado e desenvolvido muito rapidamente, porém o setor ainda é muito heterogêneo.

Segundo Coelho (2006, p.5) microfinança é “o conjunto de serviços financeiros voltado ao atendimento das necessidades das famílias pobres, envolvendo crédito, poupança e seguros.”. Para ele, o microcrédito é apenas o serviço de crédito especial para a população pobre.

Já para Soares e Sobrinho (2008, p.24), a microfinança “refere-se a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, excluída do sistema financeiro tradicional”. E o microcrédito vem, em seu texto, definido como “serviços prestados **exclusivamente para pessoas físicas e jurídicas empreendedoras** de pequeno porte”.

4.2.1 Microcrédito no Brasil

No mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve início em 2003, os Direitos Humanos era um dos temas prioritários em suas propostas de governo. O Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, no qual aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos III, traz como diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas para o desenvolvimento do cidadão e redução das desigualdades como segue:

“II - Eixo Orientador II: Desenvolvimento e Direitos Humanos:

- a) Diretriz 4: **Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica**, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório;” (BRASIL, 2009)

Em seu anexo, o decreto cita ainda o economista Amartya Sen, vencedor do Nobel de Economia 1998, com seus estudos sobre o desenvolvimento alcançado através do bem-estar social:

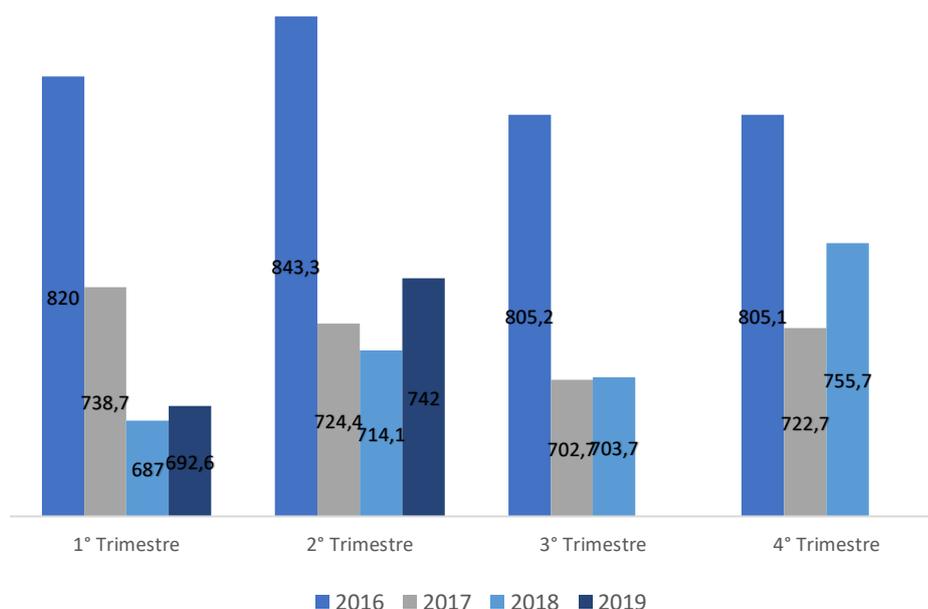
“A teoria predominante de desenvolvimento econômico o define como um processo que faz aumentar as possibilidades de acesso das pessoas a bens e serviços, propiciadas pela expansão da capacidade e do âmbito das atividades econômicas. O desenvolvimento seria a medida qualitativa do progresso da economia de um país, refletindo transições de estágios mais baixos para estágios mais altos, por meio da adoção de novas tecnologias que permitem e favorecem essa transição. Cresce nos

últimos anos a assimilação das ideias desenvolvidas por Amartya Sen, que abordam o desenvolvimento como liberdade e seus resultados centrados no bem-estar social e, por conseguinte, nos direitos do ser humano.” (BRASIL, 2009)

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, foi instituído pela Lei nº 11.110 em 25 de abril de 2005, e alterado posteriormente através da Lei nº 13.636 de 20 de março de 2018. A lei dispõe que o programa tem por objetivo a inclusão social no sistema financeiro, apoiando e financiando atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado.

Conforme Gráfico 1, com dados retirados do Banco Central do Brasil (BCB), no segundo trimestre de 2019 houve uma escalada do saldo de crédito liberado para Microempreendedores Individuais pessoa física, em comparação ao período anterior.

Gráfico 1 – Saldo do crédito do MEI⁴ pessoa física – Microcrédito – R\$ (milhões)



Fonte: Dados do BCB – Depef. (Elaboração própria)

Respectivamente ao mesmo período, na Tabela 2, ilustra também a elevação da taxa de juros anual desse tipo de crédito. Esse salto nos juros pode ter relação com a nova resolução aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em março de 2019 que aprimora a

⁴ O Microempreendedor Individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário, fatura até R\$ 60.000 por ano (conforme Lei Complementar nº 139/2011) e não pode ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. O cadastro do MEI é fornecido ao Banco Central pela Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SEMPE). (BACEN, 2019)

regulamentação sobre o microcrédito⁵, além dos custos fixos operacionais.

Tabela 2 – Taxa de juros do MEI pessoa física – Microcrédito

Ano	Período (Trimestral)	Porcentagem (% a. a.)
2016	1º	27,8
	2º	28,8
	3º	29,6
	4º	29,6
2017	1º	29,7
	2º	29,5
	3º	29,4
	4º	29,5
2018	1º	29,5
	2º	29,3
	3º	30,2
	4º	32,2
2019	1º	33,1
	2º	33,3

Fonte: Dados do BCB – Depef. (Elaboração própria)

Considerando o saldo de crédito disponibilizado à MEI's pessoa jurídica, no 1º semestre de 2019, houve uma elevação do mesmo destinado para aquisição de bens, ou seja, investimento em estoque ou mobiliário para a empresa, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Saldo de crédito do MEI pessoa jurídica – Microcrédito Aquisição de Bens – R\$ (milhões)

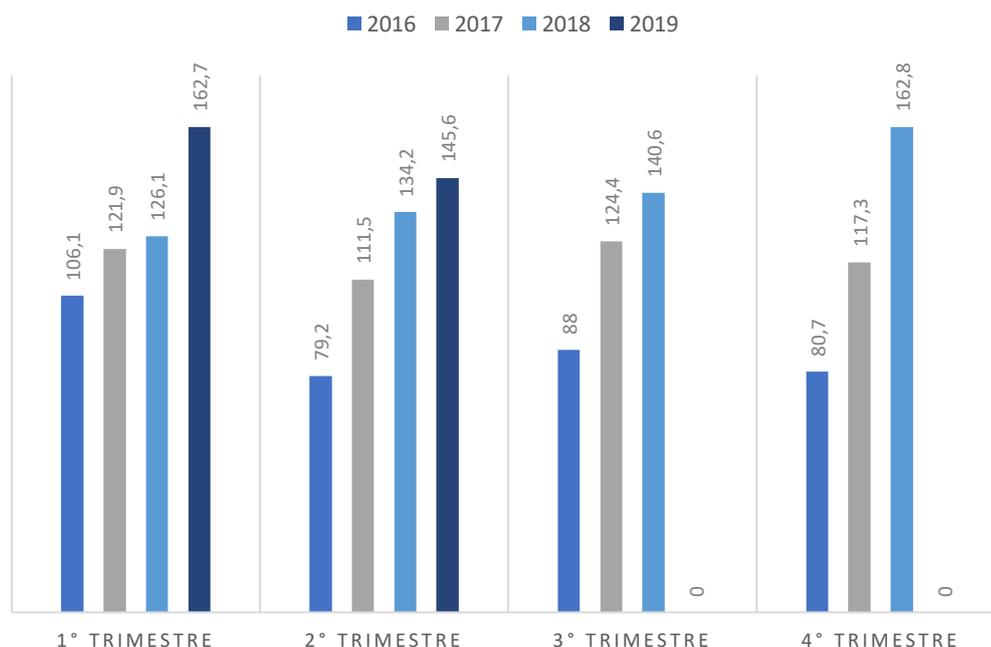


Fonte: Dados do BCB – Depef. (Elaboração própria)

⁵ Resolução n° 4.713, de 28 de março de 2019 (BACEN, 2019)

Tal situação é inversa no Gráfico 3, houve uma redução no saldo de crédito disponibilizado para capital de giro empresarial com vencimento de até 365 dias.

**Gráfico 3 – Saldo de crédito do MEI pessoa jurídica – Microcrédito
Capital de Giro com prazo de vencimento de até 365 dias – R\$ (milhões)**



Fonte: Dados do BCB – Depef. (Elaboração própria)

Segundo Barone et al. (2002), a trajetória do microcrédito no Brasil, tornou-se elemento efetivo para o combate à pobreza e redução nas disparidades de distribuição de renda, no entanto, muito ainda há ser feito para uma expansão significativa e de efeitos duradouros (longo prazo). O acesso de pessoas mais pobres ao microcrédito ainda é reduzido, e uma maior participação do governo nesse processo de expansão é de grande valia para o desenvolvimento do país.

A ideia de modelo Welfare State como sistema de proteção social deve ser levada em questão, levantando a bandeira da maior participação do Estado como regulador, estabilizador e provedor de desenvolvimento socioeconômico. Por isso, são necessárias novas posturas diante da Economia Solidária de fornecimento de crédito a micro e pequenas empresas subsidiadas pelo governo.

4.2.2 Bancos Populares ou Comunitários

O sistema capitalista tem como principal objetivo a reprodução e acumulação de capital

e esse sistema tende muitas vezes a marginalizar aquelas forças produtivas tidas como desqualificadas ou inadequadas ao processo produtivo.

Segundo Carvalho (2008, p.571), o “keynesianismo é uma doutrina ativista, que preconiza a ação do Estado na promoção e sustentação do pleno emprego em economias empresariais.” O Estado tem o papel de agir como atenuante das forças do capitalismo sobre a população em situação de pobreza.

“Estava assim legitimada a ação do Estado como elemento integrante e indispensável ao bom funcionamento do sistema econômico capitalista. Ao Estado caberia, portanto, eliminar a carência de demanda efetiva em momentos de recessão e desemprego.” (KEYNES, 1936, p.15). Além da distribuição de renda, concessão de crédito à baixas taxas de juros são mecanismos para aquecer a demanda.

As instituições financeiras que tem seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tem como objetivo o desempenho de atividades com um papel socialmente relevante. No Art. 192 da CF/88, trata o sistema financeiro como um todo, estruturado para promover o desenvolvimento do país:

“Art. 192 - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Assim como os bancos tradicionais, os Bancos Populares ou Comunitários fazem parte do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e atuam, em principal, na disponibilização de microcrédito e nas finanças solidárias. As principais características que diferem os bancos comunitários dos comerciais são:

“i) Os juros que devem atuar abaixo dos juros de mercado;
 ii) o sistema de crédito deve ser montado em formato justo e reduzir as desigualdades;
 iii) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseados nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico;
 iv) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local”.
 (INSTITUTO, 2006, p.38).

Para Silva Júnior (2007, p.3) “o banco comunitário é um projeto de finanças solidárias em apoio as economias populares de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo por base os princípios da Economia Solidária.”

Em suma, os bancos comunitários são híbridos em relação aos princípios econômicos. Segundo Silva Júnior (2007, p.5), eles combinam diversas dimensões de ação, e podem ser classificados em mercantis, não-mercantis e não-monetários.

Quadro 1 – Híbridação de Princípios Econômicos nos Bancos Comunitários

BANCOS COMUNITÁRIOS <i>Híbridação de Princípios Econômicos</i>	ECONOMIA MERCANTIL
	Fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro utilitário. Nos Bancos Comunitários assistimos este princípio em alguns empréstimos para produção ou o uso da moeda social para compra de bilhetes de passagens para o transporte coletivo.
	ECONOMIA NÃO-MERCANTIL
	Fundada no princípio redistribuição . É marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los a população na forma de serviços públicos. Este princípio se materializa por meio de uma atuação redistributiva dos Bancos Comunitários, quando emprestam a juros subsidiados ou quando se propõem a executar ações de cunho mais assistencial.
	ECONOMIA NÃO-MONETÁRIA
	Fundada sobretudo na reciprocidade. Trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais, através de uma relação que privilegiam a domesticidade, a vizinhança e o valor do laço em detrimento do valor do bem. Encontra-se esta economia, identificada no Banco Comunitários , através do seu modelo de garantia e controle social nos empréstimos ou no uso da moeda social fundamentada nas relações de confiança.

Fonte: Silva Júnior (2007)

Tratando-se de demanda, Silva Júnior (2007, p.5) identifica que a própria comunidade na qual o banco comunitário está inserido é demandante e cria uma mais valia social no seu território, o que destaca também a “garantia e controles baseados nas relações de proximidade e confiança mútua” Além disso, o banco comunitário “cria produtos sob demanda para seu público e oferta o que se precisa”. (SILVA JÚNIOR, 2007, p.6)

4.2.3 Análise de impacto do microcrédito

Segundo Souza (2005, p.130) o empresário, por muitas vezes não é proprietário dos meios de produção e nem possui recursos próprios suficientes para novos investimentos, desta forma, o crédito bancário surge como alternativa para captação de recursos. Neste estudo, será realizado uma breve análise de como esses recursos captados impactam o bem-estar dos empreendedores nascentes.

Santos (2007, p. 147) trata a análise de impacto como sendo “o resultado de uma simulação em laboratório ou campo de prova que permita constatar e quantificar alterações — causadas por uma ação externa — de um determinado *status quo*.” Para ele, a constatação da relação de causalidade, entre ação externa e mudança do *status quo*, é possível por meio da comparação dos resultados dos experimentos nos objetos ou cobaias, com um grupo de controle com as mesmas características. (SANTOS, 2007, p.147)

A utilização de análise de impacto para medir impactos socioeconômicos causados a partir do microcrédito apresenta inúmeras dificuldades para obtenção dos resultados. Os principais entraves para utilização dessa metodologia são:

- I) Identificação correta da unidade (agente) socioeconômica a ser pesquisada – o cliente beneficiário do crédito nem sempre possui controle do emprego do mesmo; na maioria dos casos, falta de registros contábeis; entrelaçamento dos fluxos monetários firma (investimento) e família(consumo);
- II) Escolha de indicadores;
- III) Problema de atribuição – “[...] demonstrar de forma crível que as alterações do *status quo* constatadas, isto é, seus impactos resultaram do acesso ao microcrédito”. (SANTOS, 2007, p.152)

Para Barone et. al. (2002, p. 11) mesmo de difícil mensuração, o impacto social do microcrédito é reconhecidamente positivo, com melhorias em condições habitacionais, saúde e alimentar das famílias usuárias. Além disso, “continuo para o resgate da cidadania dos tomadores, com fortalecimento da dignidade, elevação da auto estima e inclusão social.” (BARONE et. al, 2002, p.11)

Segundo Santos (2007, p.156) há uma dificuldade em “provar” o impacto socioeconômico positivo do microcrédito devido a “incompreensão do papel, dos potenciais, e dos limites, do microcrédito como um instrumento, entre muitos outros, de desenvolvimento econômico e social”. Para ele o “beneficiário” deve atuar como um empreendedor schumpeteriano, que utilize o crédito para investir em processo inovador (maquinário e equipamento), independente de acumulação prévia de capital.

O foco para analisar o impacto do microcrédito está na avaliação da instituição financeira, que quanto mais eficiente e estável, mais positivo será o impacto:

“[...] avaliação da habilidade da instituição de microcrédito em responder à demanda de sua clientela potencial, cuja especificidade e dimensões implicam a necessidade de instituições que possuam tecnologias de crédito, sistemas de incentivos e *governance structure* compatíveis com esse segmento de mercado. A quantidade e características dos empréstimos e os níveis de inadimplência da carteira de crédito são alguns dos indicadores da qualidade dos serviços financeiros prestados pela instituição — ou seja, da correspondência entre a oferta e a demanda por microcrédito.” (SANTOS, 2007, p.157)

4.3 Desenvolvimento socioeconômico impulsionado pela microfinança

4.3.1 Contextualização Histórica

A relação entre capital e o desenvolvimento, seja ela micro (mercado) ou macroeconômica (estado), vêm sendo estudada desde os primórdios do capitalismo. Segundo Hobsbawm (1968, p.16), no período da Revolução Industrial Inglesa, a Grã-Bretanha se tornou pioneira em desenvolvimento do capitalismo industrial em decorrência da flexibilidade, da capacidade de adaptação e resistência das velhas instituições. Além disso, a sociedade era formada em principal pela classe trabalhadora, o que se fazia necessário manter em baixa as tensões sociais.

Superada a fase do capitalismo onde a classe trabalhadora estava associada a seus meios de produção (terra), ela passa a ser força de trabalho urbana e há a substituição da matriz energética industrial da água pelo carvão mineral, Mattos et. al. (2011, p.27) denomina essa fase por Capitalismo Concorrencial, caracterizada por muitas pequenas empresas com menores escalas de produção e crédito comercial.

Segundo Souza (2005, p.1) alguns autores teóricos clássicos acreditam que a origem do desenvolvimento econômico se deu a partir do pacto colonial, em razão do pensamento mercantilista. Em sua obra intitulada *The Wealth of Nations*, publicada pela primeira vez no ano de 1776, Adam Smith reestabelece o papel da indústria no desenvolvimento das forças produtivas, além de identificar as causas do crescimento econômico, no qual ele afirma que o trabalho se torna produtivo a partir de incrementos de capital, que aumenta a produtividade e o valor do produto total.

Marx desenvolve a ideia de valor-trabalho de Adam Smith, além da relação capitalistas e trabalhadores. Segundo ele, o desenvolvimento efetua-se de forma cíclica e com conflitos distributivos, e a acumulação de capital é determinada pelo ritmo do desenvolvimento, ou seja, depende tanto dos lucros como de um impulso psicológico que levaria a classe empresarial a investir. Mais tarde, Schumpeter diferencia crescimento de desenvolvimento, e afirma que o mesmo é provocado pelas inovações adotadas pelo empresário, com a ajuda do crédito. (SOUZA, 2005, p.2;98)

A corrente de pensamento que encara o desenvolvimento econômico como mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas, caracteriza o desenvolvimento, em principal, pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente e com melhorias no bem-estar social. (SOUZA, 2005, p.6).

Em se tratando das mudanças qualitativas em relação a microfinanças, para Yunus (1997, p.192) as vantagens indiretas do microcrédito e das microfinanças vão além de políticas, são vantagens sociais:

“Nas regiões polares da Noruega, o microcrédito permitiu repovoar ilhas onde as

mulheres tinham perdido seu contexto social.

Em Chicago e no Arkansas, possibilitou o auto sustento a mulheres que há duas ou três gerações viviam do amparo social.

Nas reservas indígenas da América do Norte, ajudou alcoólatras a abandonar a bebida e começar a trabalhar.

[...] **O microcrédito pode não ser uma solução, mas é uma força de mudança, não só econômica e pessoal, mas também social e política.**” (YUNUS, 1997, p.192) (grifo próprio)

4.3.2 Papel do Estado, Crescimento e Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é diversamente explorado. Para Souza (2005, p.5) não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento.

“Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já a segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.” (SOUZA, 2005, p.5)

Para se alcançar o desenvolvimento econômico através de políticas macroeconômicas, deve-se considerar duas linhas de pensamento: o clássico, pautado no intervencionismo e o neoliberal.

Para Keynes, um Estado ativo é indispensável ao bom funcionamento dos mercados para se obter os níveis máximos de emprego e bem-estar coletivo. (KEYNES, 1936, p.20) Com isso, o desenvolvimento econômico pode ser alcançado via investimentos ‘saúdáveis’ dos Estado. Esses investimentos, por sua vez, podem ser via mercado ou via sistema financeiro.

Segundo Bresser-Pereira (2019, p.218) a “estratégia básica de desenvolvimento adotada pelo desenvolvimentismo clássico ficou conhecida como modelo de substituição de importações”. Dessa forma, o crescimento significa industrialização.

O neoliberalismo, segundo Bresser-Pereira (2009, p.8) significava pelo menos quatro coisas:

[...] primeiro, que deixasse de se encarregar da produção de determinados bens básicos relacionados com a infraestrutura econômica; segundo, que **desmontasse o Estado social**, ou seja, todo o sistema de proteção social por meio do qual as sociedades modernas buscam corrigir a cegueira do mercado em relação à justiça social; terceiro, que **deixasse de induzir o investimento produtivo** e o desenvolvimento tecnológico e científico, ou seja, de liderar uma estratégia nacional de desenvolvimento; e, quarto, que **deixasse de regular os mercados e principalmente os mercados financeiros** porque seriam autorregulados. [...]” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p.8) (grifo próprio)

Segundo Souza (2005, p.9) um dos principais indicadores de desenvolvimento é o número de pessoas pobres, ou seja, aquelas que possuem renda familiar apenas par atender às necessidades básicas. De acordo com o autor, esse indicador afeta o crescimento do mercado interno, pois a dimensão do mesmo depende do tamanho da população, bem como do seu poder

aquisitivo.

Para Yunus (1997, p.33), o desenvolvimento envolve uma análise de renda real *per capita*:

“[...] Desenvolvimento deve significar uma mudança positiva no *status* econômico de 50% da população que vive em condições de vida inferior. Se não ajudar a melhorar a condição econômica dessa faixa da população, então não se trata de ajuda para o desenvolvimento. Em outras palavras, **é preciso julgar e medir o desenvolvimento econômico pela renda real *per capita* dessa população.**” (YUNUS, 1997, p.33) (grifo próprio)

Yunus (1997, p.266) cita que é nesse ponto que crescimento e desenvolvimento se divergem. Para ele, considerar estes dois conceitos sinônimos é o mesmo que desconsiderar divergências das camadas sociais. Para ele, “se não há crescimento, não há progresso”. (YUNUS, 1997, p.266)

O crescimento da renda *per capita* é um dos principais indicadores sociais. Por tratar-se de uma média, por vezes, cada país possui uma renda *per capita* apreciável, considerando o tamanho da população que não dispõe de rendimentos ou possuem renda extremamente baixa. Porém, o nível de miséria no mundo é muito elevado, considerando o número de pessoas miseráveis que vivem abaixo da linha da pobreza em todos os países. (SOUZA, 2005, p.9)

Manter o patamar de crescimento dos índices econômicos e sociais que expressam a qualidade de vida e o bem-estar social da população é um desafio em economias subdesenvolvidas, ou seja, um desenvolvimento auto sustentado.

Segundo Goulart (2006, p.4) “a noção e as estratégias de desenvolvimento se assentam em diferentes lógicas e interesses que conformam uma rede de relações determinantes na conformação dos lugares, de orientação global ou local.” Ou seja, essas diferenças lógicas representam cada local, que de acordo com suas características sociais e produtivas, necessitam de estratégias específicas para gerar desenvolvimento.

Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque *crece menos* do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos. Diante disso, surge a ideia de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, gerará automaticamente o desenvolvimento econômico. (SOUZA, 2005, p.5).

Schumpeter (1982, p.47) define desenvolvimento econômico como sendo uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Para ele o banqueiro é um agente fundamental no fluxo circular do desenvolvimento, pois ele amplia os meios de

pagamento, ao **criar crédito**. (SOUZA, 2005, p.129)

Segundo Goulart (2006, p. 6) no Brasil, o desenvolvimento econômico alcançou seus melhores níveis de crescimento no período dos governos militares entre 1964 a 1984, tendo o seu auge no início da década de 70. Esse crescimento rápido foi posto em xeque com as crises mundiais do petróleo em 1973 e 1979, que levaram os sistemas econômicos ao colapso.

De acordo com Kang (2011, p.326) na primeira metade da década de 1980, Amartya Sen surge com um novo conceito de desenvolvimento relacionado a ideias de justiça, onde a ética pode ter um papel mais central na economia. Para ele, o sucesso de uma sociedade é avaliado a partir das liberdades substantivas de cada membro. Essas liberdades estão relacionadas a capacidade de se evitar desnutrição, fome, mortalidade precoce, entre outros.

Kang (2011, p. 364) cita também que “um dos principais pontos é que variáveis como renda e riqueza são consideradas *meios* para que as pessoas possam viver o tipo de vida que desejam e não como *fins* — inclusive para políticas públicas”.

4.3.3 Grameen Bank e o microcrédito

Um exemplo exitoso de desenvolvimento socioeconômico realizado através de impulsos monetários é o Grameen Bank de Bangladesh, que revolucionou o sistema econômico e social da população a partir da simples iniciativa de um professor universitário de economia.

Muhammad Yunus, vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2006, fundou em 1976 o Grameen Bank, primeiro banco do mundo especializado em microcrédito. Tudo começou em 1974, quando uma crise de fome alastrou-se em Bangladesh, dizimando centenas de pessoas por inanição.

Em seu livro “O Banqueiro dos Pobres”, Yunus (1997) relata que um dos principais problemas enfrentados pela população era a dificuldade em obter crédito para realizar as atividades de subsistência. O sistema econômico estava subjugado a um círculo vicioso em que o financiado estava preso ao credor, onde após tomar o dinheiro antecipadamente para a produção de suas mercadorias, venderiam ao próprio credor o produto final, à um preço estabelecido pelos mesmos, obtendo por fim uma irrisória margem de lucro entre o custo dos materiais e o preço de venda.

Segundo Yunus (1997, p.23) no país não havia nenhuma instituição financeira oficial capaz de satisfazer as necessidades dos pobres em matéria de crédito, que acabavam por render-se aos “serviços” constrangedores de agiotagem. Era um problema estrutural.

Diante da situação, com o auxílio de seus alunos da universidade, fez-se um

levantamento de quantas famílias na pequena aldeia de Jobra estavam endividadas e o valor do montante da dívida. Nela havia 42 pessoas que tinham tomado emprestado um total de 856 takas⁶, ou seja, menos de 27 dólares para o grupo todo. (YUNUS, 1997, p.23)

A partir de então, após sua criação, o Grameen Bank é referência em microcrédito mundialmente, instituição independente e trabalha apenas com capital próprio. Para Yunus (1997), se o banco ceder às condições do Banco Mundial, ele deixará de ser independente nas suas atividades e deixará de ser aquilo ao qual foi idealizado.

O foco principal de atendimento do Grameen Bank são as mulheres, chefe de família e que são rechaçadas pela sociedade patriarcal. A maioria dessas mulheres não possuem liberdade financeira, estando presas a seus maridos e responsáveis do sexo masculino, tornando-as ainda mais submissas. Segundo Yunus (1997, p.116) antes do Grameen as mulheres representavam apenas 1% de todos os empréstimos realizados em Bangladesh. Para ele, quando os empréstimos são realizados às mulheres, as mudanças produzidas em relação ao combate a pobreza são mais rápidas do que quando concedidos aos homens.

Além disso, no Grameen é prezado o respeito aos pobres. Os mesmos devem ser tratados com o educação e igualdade, tendo em vista que já se encontram marginalizados socialmente. O respeito para com os funcionários também é prezado, em principal com as mulheres que colaboram com os serviços do Grameen. (YUNUS, 1997, p.133)

4.4 Microcrédito no município de Palmas-TO

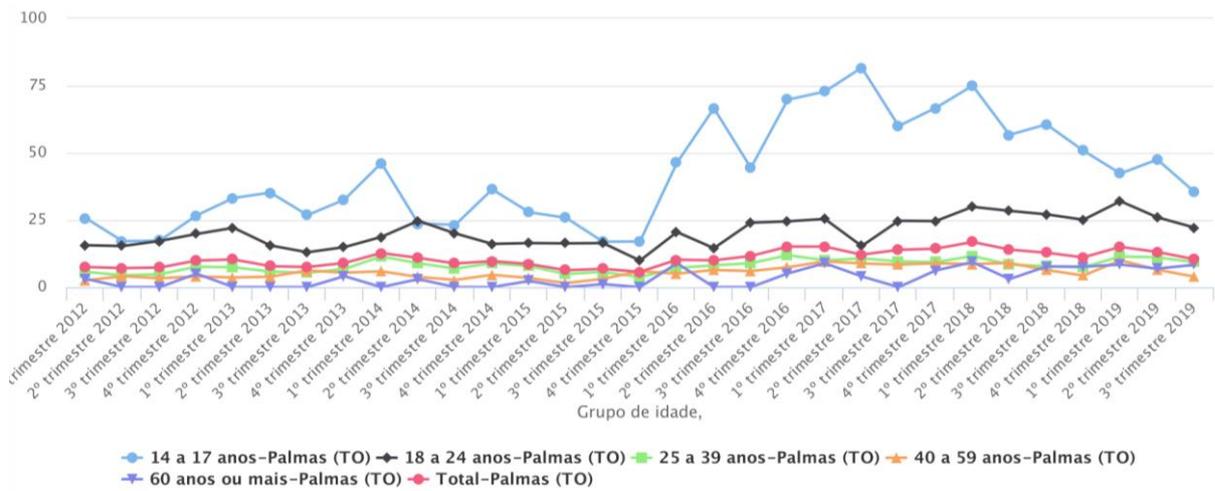
O município de Palmas, está localizado no estado do Tocantins, região Norte do Brasil, com 2.218,942 km² de área territorial. Segundo dados do IBGE de 2019, o município possui população estimada de 299.127 habitantes, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,788⁷.

Primeiramente, antes de observar os dados relacionados ao microcrédito, deve-se analisar informações sobre o mercado de trabalho do município. Em 2017, segundo dados do IBGE, a média salarial mensal no município era de 3,8 salários mínimos. De acordo com o Gráfico 4, onde mostra a série histórica de desocupação em Palmas-TO, os maiores níveis de desocupação encontram-se entre jovens de 14 a 17 anos de idade, seguido pelo segundo maior índice, que são de jovens de 18 a 24 anos.

⁶ Moeda utilizada em Bangladesh.

⁷ Censo do IBGE de 2010.

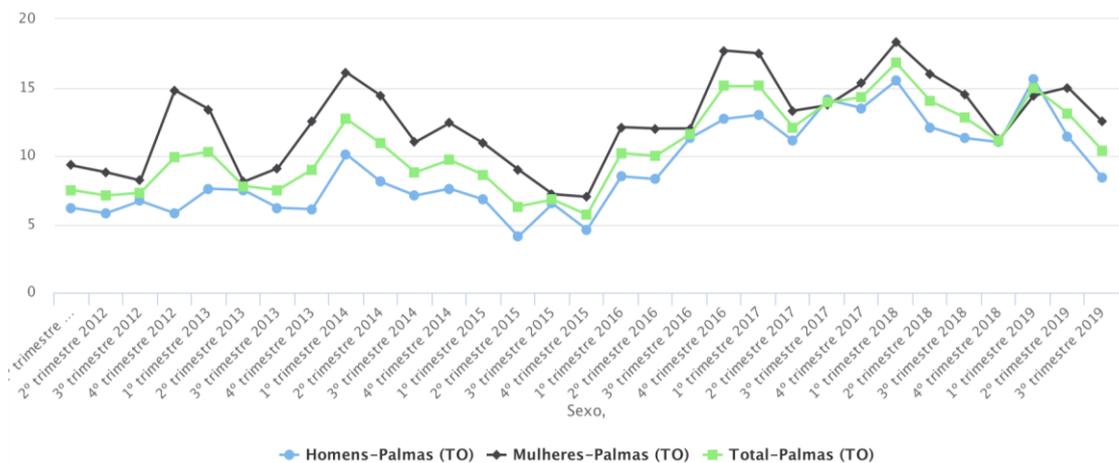
Gráfico 4 – Taxa de desocupação, por idade (1º trimestre/2012 - 3º trimestre/2019)



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), IBGE.

Ainda, de acordo com os dados da PNAD Contínua, do IBGE, historicamente, as mulheres representam maior parte dos desocupados, no município de Palmas-TO, conforme ilustrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Taxa de desocupação, por sexo (1º trimestre/2012 - 3º trimestre/2019)

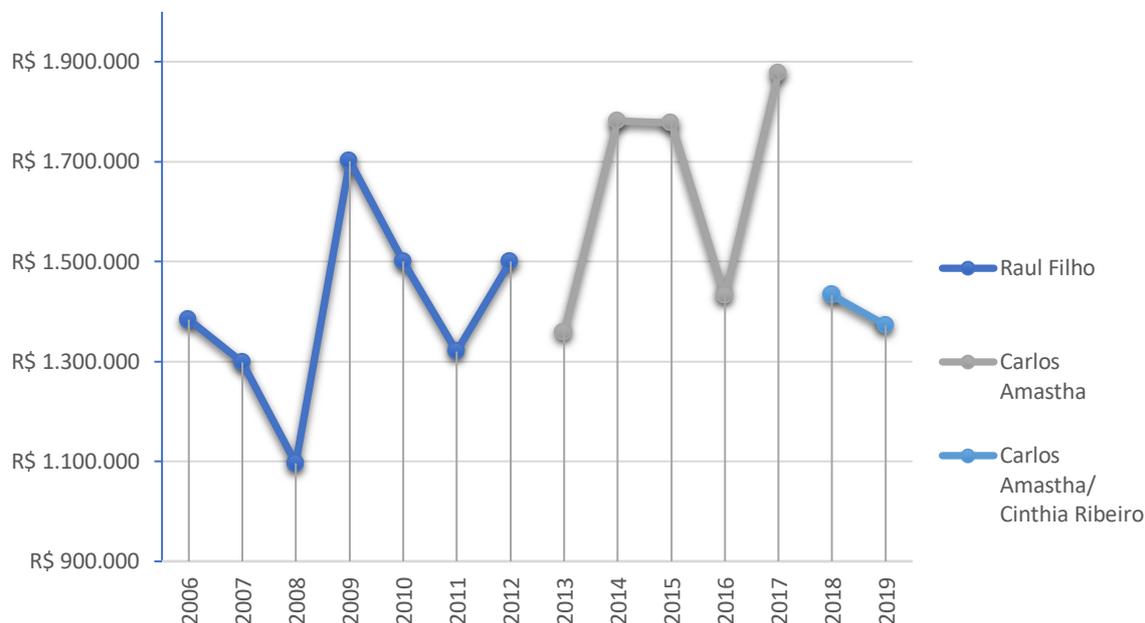


Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), IBGE.

Tratando-se do microcrédito, o Gráfico 6, mostra a série histórica do saldo orçamentário disponibilizado pela Prefeitura de Palmas-TO, desde a criação do Banco do Povo, até o ano de 2019. Como observa-se, no governo do prefeito Carlos Amastha, o saldo disponibilizado para concessão de microcrédito teve o seu pico no ano de 2017, alcançando o patamar de

R\$ 1.877.400,00.

Gráfico 6 – Orçamento fixado na LOA para microcrédito no município de Palmas-TO



Fonte: Banco de Leis da Prefeitura de Palmas (Elaboração própria)

4.4.1 Banco do Povo de Palmas - TO

Criado pela Lei nº 1.367, em 17 de maio de 2005, o Banco do Povo do município de Palmas - TO, gerido pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária tem por objetivo principal as seguintes atividades, conforme art. 1º da lei:

- I – viabilizar a implantação e implementação da política de microcrédito no município de Palmas;**
- II – articular com a política estadual, nacional e internacional de microcrédito;
- III – conceder empréstimos e apoiar a qualificação de micro e pequenos empreendedores e cooperativas;**
- IV – viabilizar a criação de novas oportunidades de trabalho e renda no município de Palmas;
- V – promover o apoio às incubadoras sociais. (PREFEITURA DE PALMAS) (grifo próprio)

Segundo Coelho (2018, p.35) “os financiamentos oferecidos pelo Banco do Povo iniciaram com operações de R\$ 500 a R\$ 5.000,00 para pessoa física e de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00 para pessoa jurídica. Esses valores foram atualizados em 2017 passando a operar com limites de contratos de até R\$ 10.000,00 para pessoa física e de até R\$ 20.000,00 para pessoa jurídica.” O prazo para pagamento dos valores concedidos a pessoas físicas é de até 24 meses e a pessoas jurídicas é de até 36 meses.

Por se tratar de instituição financeira municipal, o Banco do Povo é financiado com recursos próprios da Prefeitura de Palmas através do fundo, que por sua vez é gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego. Além do Banco do Povo, o fundo financia projetos como o Desenvolve Palmas, que realiza atividades relacionadas a economia solidária com trabalhadores informais do município.

O Banco do Povo de Palmas (BPP) opera atualmente a uma taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês na geração de contrato de empréstimo e desconto de 0,20% na parcela paga até a data do vencimento. Os recursos são estabelecidos através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Em 2018, 112 microempreendedores individuais foram beneficiados, resultando um montante de R\$ 1.283.610,00 em crédito disponibilizado no mercado, isso corresponde à 56% da meta física estabelecida para o ano. No ano de 2017 foram concedidos R\$ 1.572.210,00 em microcrédito.

De acordo com Coelho (2018, p.36) o atendimento no BPP dá prioridade à:

“[...] mulheres, famílias em condições de risco, empreendedores não atendidos pelas políticas públicas sociais compensatórias na área de geração de trabalho e renda, pessoas com deficiência e empreendedores que não acessam às formas convencionais de crédito devido à falta de garantias reais.” (COELHO, 2018, p.36)

De acordo com a LDO, o orçamento para 2019 do BPP foi de R\$ 1.372.700,00 para concessões de crédito para pessoa física e jurídica e meta física de 200 processos de concessão, e até o mês de outubro de 2019, foram concedidos R\$ 604.000,00 em microcrédito. Além disso, atualmente o BPP conta diretamente com uma equipe de 4 servidores públicos, entre efetivos e comissionados.

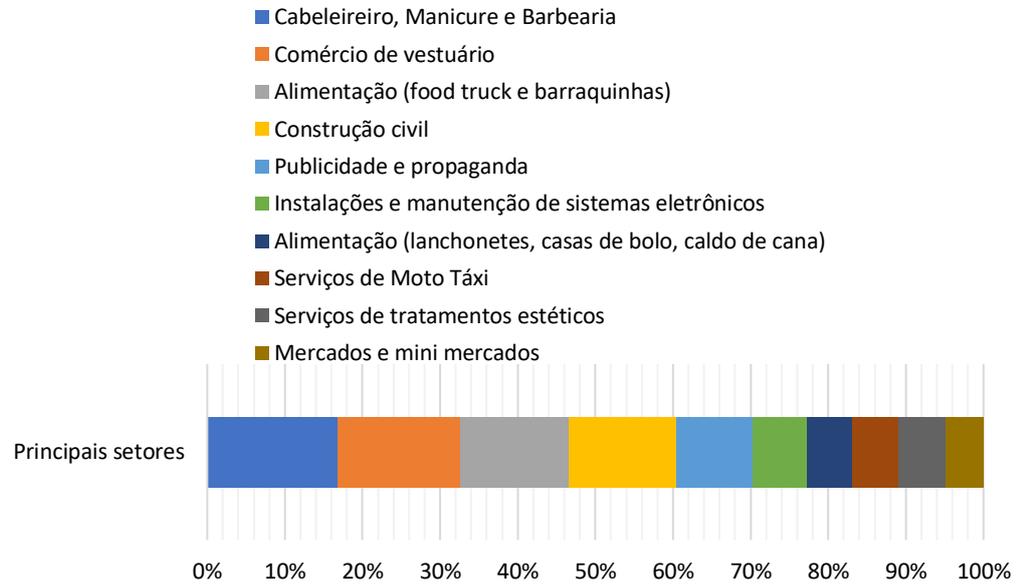
4.4.2 Perfil do Microempreendedor Individual em Palmas -TO

Segundo dados extraídos do Portal do Empreendedor, no estado do Tocantins ao final do exercício de 2018 possuíam 55.656 empresas optantes no SIMEI⁸ cadastradas e somente no município de Palmas, 16.536 empresas⁹ cadastradas no mesmo período. Em 2019, o saldo é de 19.813 empresas em Palmas, de acordo com o Portal do Empreendedor.

Essas 19,8 mil empresas do município estão divididas entre 321 categorias, classificadas no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Dentre as 10 (dez) principais atividades, 8.050 empresas são descritas conforme gráfico abaixo:

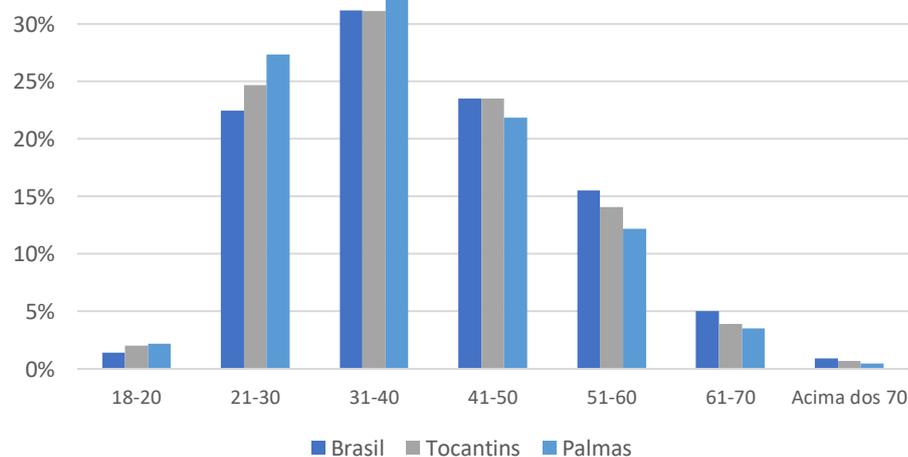
⁸ Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais do Tributos do Simples Nacional. (Portal do Empreendedor)

⁹ Dados extraídos em 27 de outubro de 2019. (Portal do Empreendedor)

Gráfico 7 - Principais setores do CNAE em Palmas -TO

Fonte: Dados do Portal do Empreendedor (Elaboração própria)

Tratando-se da faixa etária desses microempreendedores individuais, em Palmas, 6.458 MEI's cadastrados no Portal do Empreendedor estão entre 31 a 40 anos de idade, o que mostra o empreendedorismo mais tardio entre pessoas que procuram ter seu espaço no mercado, seja por falta de oportunidade no mercado de trabalho, vista o cenário atual de crise ou simplesmente por espírito empreendedor, tal situação também acontece em esfera estadual e federal, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 – Faixa etária de MEI's cadastrados no Portal do Empreendedor

Fonte: Dados do Portal do Empreendedor (Elaboração própria)

4.4.3 Impacto socioeconômico do microcrédito do Banco do Povo de Palmas -TO

Para realizar a análise de impacto provocada socioeconomicamente aos clientes do BPP, foram aplicados 15 questionários à “beneficiários” do microcrédito entre 2011 e 2019, MEI pessoas jurídicas, retirados do banco de dados aleatoriamente. As entrevistas foram realizadas entre 25 de outubro e 13 de novembro de 2019, por meio de questionário próprio, conforme Apêndice A.

Inicialmente, muito chama-se a atenção pela frequência na qual os entrevistados foram clientes do BPP. Observou-se que 93% dos entrevistados utilizaram mais de uma vez os serviços creditícios do BPP. Em se tratando do perfil do beneficiário entrevistado, percebe-se que os setores de atividades dos microempreendedores enquadram-se conforme a Tabela 3, com o que fora retromencionado no Gráfico 7.

Tabela 3 – Setor de atividade dos MEI entrevistados

Ramo/ setor de atividade	Quantidade de empresas	Valor relativo¹⁰(%)
Cabeleireiro, manicure, barbeiro	3	20
Comércio de vestuário	3	20
Alimentação (food truck e barraquinhas)	2	13,3
Alimentação (lanchonetes, casas de bolo, caldo de cana)	2	13,3
Mercado e mini mercado	1	6,66
Serviços para animais domésticos (Petshop)	1	6,66
Locação de brinquedos	1	6,66
Auto elétrica	1	6,66
Representante comercial de cosméticos	1	6,66
Total	15	99,9

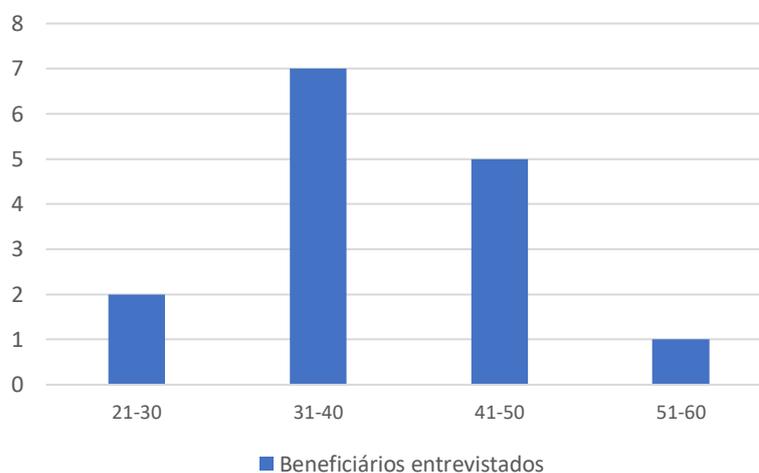
Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em entrevista.

Com relação a faixa etária dos entrevistados, à época do empréstimo, 46,67% deles

¹⁰ Relacionado a quantidade de entrevistados.

enquadravam-se entre 31 e 40 anos, assim como representado anteriormente no Gráfico 8.

Gráfico 9 – Faixa etária dos entrevistados à época do empréstimo no BPP¹¹



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em entrevista.

Considerando o gênero declarado em entrevista, os resultados mostraram que cerca de 67% dos entrevistados se declararam do sexo feminino, o que reforça a questão da prioridade de atendimento às mulheres pelo BPP e o empoderamento feminino diante do mercado. Dentre as mulheres, 80% possuem dependentes, o que reforça a fala do Yunus (1997, p.117) que diz “quando uma mãe começa a ganhar um pouco de dinheiro, é primeiro aos filhos quem ela destina sua renda”. Isso mostra uma dispersão maior do impacto que essa renda em crescimento pode gerar, ou seja, quanto mais pessoas forem “beneficiadas” do microcrédito, direta ou indiretamente, mais impacto socioeconômico ele irá gerar.

Além disso, apenas 27% dos entrevistados possuem Ensino Superior Completo, conforme dados socioeconômicos na tabela abaixo, o que implica que mesmo para pessoas com baixa escolaridade, o sistema financeiro do BPP é de fácil acesso:

Tabela 4 – Dados socioeconômicos dos entrevistados

Descrição	Respostas	Quant. absoluta	Valor relativo (%)
Gênero	Feminino	10	66,67
	Masculino	5	33,33

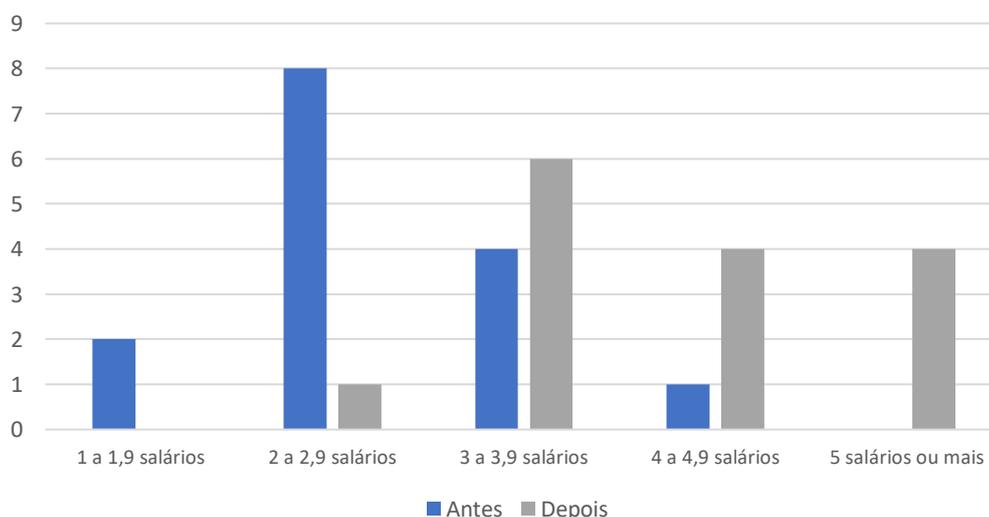
¹¹ Análise realizada com base no ano que o entrevistado realizou o primeiro empréstimo e a idade atual.

Escolaridade	1º grau completo/ incompleto	2	13,33
	2º grau completo/ incompleto	9	60
	Superior completo	4	26,67
Dependentes	Não	4	26,67
	Sim	11	73,33
Casa própria	Não	5	33,33
	Sim	10	66,67
Transporte próprio	Não	1	6,67
	Sim	14	93,33

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em entrevista.

Quando contrastadas a renda média mensal antes e depois do microcrédito do BPP, nota-se um aumento significativo de, em média, um salário mínimo. Quando questionados (as) sobre o impacto que o crédito proporcionou em sua renda média mensal, a resposta em 100% das entrevistas foi considerado um impacto positivo, que por sua vez proporcionou diversas conquistas como a aquisição de transporte próprio e ponto próprio para alocação da empresa, além da realização de sonhos, conforme informou os entrevistados. Após análise dos resultados das entrevistas, observou-se que 50% dos entrevistados que possuíam renda média de 1 a 1,9 salários mais que dobraram sua renda média mensal, passando para 4 a 4,9 salários.

Gráfico 10 – Renda média mensal antes e depois do microcrédito do BPP



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em entrevista.

Como mencionado acima, 100% das entrevistas as conquistas após o microcrédito foram consideradas positivas. As principais conquistas que foram possibilitadas a partir do crédito a baixa taxa de juros são:

Quadro 2 – Principais conquistas após elevação da renda média mensal

Aquisição de equipamentos e maquinários	Pagamento de dívidas
Melhorias nas estruturas da empresa	Aquisição de casa própria
Investimento em estoque e novidades	Aquisição de ponto empresarial próprio
Capital de giro para atividades diárias	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em entrevista.

Para Yunus (1997, p.189) “quando um indivíduo consegue reverter sua situação financeira, tudo se transforma, e então se produz uma mudança radical em sua vida”. Ou seja, a partir do momento que a vida financeira de um indivíduo dá uma guinada, sua forma e qualidade de vida consequentemente também se alteram.

Avaliando as respostas sobre a eficácia do atendimento do BPP em relação as necessidades de cada indivíduo entrevistado, observa-se que o microcrédito é um “remédio” de ação rápida, pois além dos clientes serem atendidos em um prazo de menos de um mês na maioria das situações, com burocracias mínimas, os beneficiados consideraram em 100% das entrevistas que suas expectativas e necessidades foram atendidas com o microcrédito, mesmo que momentaneamente para quitação de dívidas ou capital de giro rápido.

Quadro 3 – Informações relacionadas a eficácia dos serviços do BPP

Média do valor financiado	8,5 mil
Média de tempo de espera	3 meses
Nota média de dificuldades enfrentadas ¹²	1,93
Principal dificuldade enfrentada	Avalista

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em entrevista.

¹² Sendo 0 (zero) nenhuma dificuldade e 10 (dez) muita dificuldade.

Quando questionados quanto as dificuldades enfrentadas no processo de solicitação, as principais burocracias citadas pelos entrevistados como barreiras ao acesso rápido ao microcrédito são: dificuldade em conseguir avalistas, problemas documentais e de alvará e problemas no sistema da prefeitura.

Considerando a reutilização e indicação dos serviços do BPP, 100% dos entrevistados responderam que utilizariam novamente o microcrédito e indicariam para outras pessoas utilizarem. Tal situação é reafirmada quando se observa que 73,3% dos entrevistados obtiveram conhecimento sobre o BPP a partir de indicações de amigos e familiares. Outro meio de divulgação do Banco do Povo, porém pouco utilizado, são ações promovidas pela prefeitura em prol do empreendedorismo.

Em se tratando dos que utilizaram apenas uma vez, a motivação para tal situação era que ainda encontravam-se em processo de quitação das parcelas do 1º financiamento, porém já demonstravam interesse em continuar beneficiando-se dos serviços do BPP.

Quando questionados sobre a dificuldade em realizar o pagamento do crédito, 100% dos entrevistados consideraram não haver dificuldade em pagar a dívida. Essa relação de confiança que faz com que um banco popular obtenha sucesso para a promoção social, mesmo vista a necessidade de avalista para a realização dos empréstimos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto positivo do microcrédito nas economias é reconhecido, apoiando o modelo alternativo de geração de empregos e renda para a parcela da população mais pobre, e que também necessita de serviços bancários a baixos custos operacionais.

Considerando o estudo realizado sobre o impacto do microcrédito do BPP, pôde-se observar que um dos maiores meios de propaganda sobre os serviços prestados pelo mesmo são realizados no chamado “boca a boca”. Positivamente analisando, demonstra que os serviços ofertados aos beneficiários são de boa qualidade o que mostra a propensão a indicação às pessoas mais próximas; e negativamente, pois percebe-se a falta de divulgação pela Prefeitura de Palmas, através de campanhas e palestras que apresentem o BPP ao público. Segundo Yunus (1997, p.133) “um programa de curto prazo é inócuo”.

Tais campanhas de divulgação do BPP poderiam evitar gargalos como questões documentais e de alvará, o que faria com que o interessado nos serviços já procurasse o banco munido do leque documental necessário, além do avalista, que também demanda tempo para conseguir. Como um dos entrevistados cita, a dificuldade em conseguir avalista é maior do que a juntada de documentos, pois nem todas as pessoas então dispostas a serem.

Além da questão da ampla divulgação à população, manter uma equipe motivada para atender a população é essencial. Para Yunus (1997, p.133) manter os funcionários empenhados é fundamental, pessoas que entendam a seriedade do seu trabalho e impacto que farão na vida das pessoas a partir do bom atendimento.

Assim como no Grameen Bank, uma sugestão para otimizar o atendimento no BPP é a formação de uma equipe, através de processo seletivo (por tratar-se de organismo público), na qual contemple jovens que estão iniciando a vida no mercado de trabalho, e ainda não possuem hábitos e vícios de trabalhos anteriores. Além de dispor-lhes de uma possibilidade de ascensão profissional, é uma oportunidade de moldá-los conforme a necessidade do BPP e gerar uma responsabilidade social maior entre os mais jovens.

O processo seletivo teria o foco em jovens entre 20 a 26 anos de idade, preferencialmente ingressos no Ensino Superior. Dentre esses jovens, 40% das vagas seriam destinadas a mulheres, 15% a portadores de deficiências e 10% à comunidade LGBT. Dessa forma, abriria espaço para as minorias terem a oportunidade do primeiro emprego e participação ativa na construção social.

Com a transformação do BPP em autarquia da Prefeitura de Palmas, seria possível a ampliação da equipe de servidores públicos do BPP, maiores orçamentos e divulgações, com

isso, mais microempreendedores seriam beneficiados pelo microcrédito, fazendo com que mais dinheiro seja aplicado na economia de Palmas, tendo em vista que os beneficiários devem, por lei, serem residentes do município por no mínimo 2 anos.

Como muitos dos entrevistados citaram, o microcrédito do BPP é uma oportunidade de crescimento e favorecimento para as empresas nascentes, bem como um pontapé inicial à baixa taxa de juros, para muitos que estão com dificuldades financeiras para empreender e encontram-se desestimulados para seguir de “portas abertas”.

Outro viés importante para expansão dos serviços do BPP é espelhar-se no Grameen Bank e expandir os horizontes. Em 2017, foi realizada a expansão horizontal, aumentando os valores limites de empréstimos, mas se faz necessário também uma expansão vertical, no leque de serviços ofertados. Um bom exemplo seria a disponibilização de microcrédito para financiamento habitacional.

Atualmente a Prefeitura de Palmas oferta moradias a pessoas de baixa renda, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida e financiamento da Caixa Econômica Federal. Os interessados realizam um cadastro e aguardam o sorteio durante anos. Com a disponibilização de linha de microcrédito para habitação, seja para construção, investimento em saneamento básico ou aquisição da casa/apartamento pronto, o tempo de espera dessa conquista pode ser reduzido, proporcionando uma opção de rápido e fácil acesso para aqueles que optarem por este serviço, o que consequentemente elevaria o bem-estar a população palmense relacionado à condições habitacionais e de saneamento.

REFERÊNCIAS

BACEN. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

BARONE, Francisco Marcelo. LIMA, Paulo Fernando. DANTAS, Valdi. REZENDE, Valéria. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Decreto nº 7.037, de 21 de dez. de 2009. **Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3**. Brasília, 2009.

_____. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Brasília: Governo Federal, 2018.

_____. Lei nº 10.683, de 28 de mai. de 2003. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios**. Brasília, 2003

_____. Lei nº 11.110, de 25 de abr. de 2005. **Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO**. Brasília, 2005

_____. Lei nº 13.636, de 20 de mar. de 2018. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**. Brasília, 2018

_____. **Portal do Empreendedor**. Disponível em: <<http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/estatisticas>>. Acesso em: 27 de outubro de 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-keynesiana ao novo desenvolvimentismo**. Revista de Economia Política, vol. 39, nº 2 (155), pp. 211-235, abril-junho/2019.

_____. **Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica**. Estudos Avançados 23 (66), 2009.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Keynes e o Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, Número especial, p. 569-574, dez. 2008.

COELHO, Elaine Campelo. **Microcrédito e empoderamento na perspectiva de gênero: um Estudo do Banco do Povo no município de Palmas, estado do Tocantins**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2019. 90 p.

COELHO, Fabiano Costa. **Duas faces da mesma moeda: alcance e limites das microfinanças na luta contra a pobreza**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 77 p.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas – Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012

GAMBOA, Sílvio Sanchez. **Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica**. Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas, 6ª edição. São Paulo, 2008.

GOULART, Sueli. **Uma Abordagem ao Desenvolvimento Local Inspirada em Celso Furtado e Milton Santos**. Cadernos EBAPE.BR. Volume IV – Número 3 – outubro, 2006.

HOBBSBAWN, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 16 de outubro de 2019.

INSTITUTO Banco Palmas. **Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade**. Fortaleza, 2006.

KANG, Thomas H. **Justiça e Desenvolvimento no Pensamento de Amartya Sen**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 3 (123), pp. 352-369, julho-setembro/2011.

KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1936.

MATTOS, Luciano; MADI, Maria Alejandra Caporale; HERCOWITZ, Marcelo. **Macroeconomia e estratégias de desenvolvimento**. Economia do Meio Ambiente. São Paulo: Elsevier, 2010.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2010. 280 p.

PMP. **Prefeitura Municipal de Palmas**. Disponível em: <<https://www.palmas.to.gov.br/>>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

SANTOS, Carlos A. **Análise de impactos socioeconômicos do microcrédito: dificuldades metodológicas e analíticas**. Rio de Janeiro 41(1):147-60, Jan./Fev. 2007

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias**. Cadernos Gestão Social, Salvador, v.1, n.1, Ed. Especial, p.1-18, set.-dez. 2007.

SOARES, Marden Marques. SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **Microfinanças: o**

papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito.
Brasília: BCB, 2008. 202 p.

SOUZA, Kellcia Rezende. KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação.** Educação e Filosofia, v. 31, n. 61, p. 21-44, Uberlândia, 2017.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** 5ª edição revisada. São Paulo: Atlas, 2005.

YUNNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres.** 1ª edição. São Paulo: Ártica, 1997.

APÊNDICE

A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS “BENEFICIÁRIOS” DO MICROCRÉDITO DO BANCO DO POVO DE PALMAS

<p>1 – Nome</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-top: 5px;"/>
<p>2 – Idade</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-top: 5px;"/>
<p>3 – Sexo</p> <p>() Feminino () Masculino () Prefere não declarar</p>
<p>4 - Profissão ou ramo de atividade</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-top: 5px;"/>
<p>5 – Escolaridade</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca estudou</p> <p><input type="checkbox"/> Primário completo (1º grau incompleto)</p> <p><input type="checkbox"/> 1º grau completo / 2º grau incompleto</p> <p><input type="checkbox"/> 2º grau completo / superior incompleto</p> <p><input type="checkbox"/> Superior completo</p> <p><input type="checkbox"/> NS-NR.</p>
<p>6 – Em caso de nível médio técnico ou ensino superior, qual a área de capacitação?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-top: 5px;"/>
<p>7 – Possui dependentes? Quantos?</p> <p>() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais</p>
<p>8 – Casa própria?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>9 – Transporte próprio? Qual?</p> <p>() Não () Sim _____</p>
<p>10 - Média de faturamento mensal antes do crédito?</p> <p>() 1 a 1,9 salário () 2 a 2,9 salários () 3 a 3,9 salários () 4 a 4,9 salários</p> <p>() 5 salários ou mais</p>
<p>11 – Média de faturamento mensal depois do crédito?</p> <p>() 1 a 1,9 salário () 2 a 2,9 salários () 3 a 3,9 salários () 4 a 4,9 salários</p>

() 5 salários ou mais

12 – Valor financiado?

13 – Finalidade do crédito?

14 – Ano da solicitação do crédito pela primeira vez?

15 – O recebimento do crédito atendeu a necessidade e/ou alcançou as expectativas?

() Sim () Não

16 – Enfrentou dificuldades para o pagamento?

() Sim () Não

17 – Quais as principais conquistas após o crédito?

18 – Quais as principais mudanças após o crédito na renda? (positiva ou negativa)

19 – Como teve conhecimento do banco do povo?

20 – Quanto tempo entre a solicitação do crédito e o recebimento?

() menos de um mês () dois meses () três meses () quatro meses ou mais

21 – Enfrentou algum tipo de dificuldade de acesso ao crédito ou processo burocrático? Se sim, quais?

Enumere em escala:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

22 - Você indicaria a alguém o Banco do Povo como alternativa a obtenção de crédito?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

23 – Utilizaria novamente o crédito do Banco do Povo?

() Sim () Não

24 – Como descreveria o que o crédito do Banco do Povo proporcionou na sua vida?
